

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123.336 - AL (2020/0022757-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : DAVID DA SILVA BARBOSA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por DAVID DA SILVA BARBOSA, em face do acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS, assim ementado (fl. 46):

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, III E IV, DO CÓDIGO PENAL). PACIENTE SEGREGADO CAUTELARMENTE PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. PACIENTE QUE RESPONDE POR OUTROS CRIMES PATRIMONIAIS. CONDENAÇÃO ANTERIOR PELO DELITO DE ROUBO. EFETIVO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

O recorrente foi denunciado pela prática delitiva descrita no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal.

Neste recurso, o recorrente aponta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea do decreto prisional e dos requisitos para a decretação da prisão preventiva, pleiteando, subsidiariamente, pela conversão da constrição física por medidas cautelares diversas.

Nesse sentido requer, liminarmente e no mérito, a concessão do *habeas corpus* para a revogação da prisão preventiva do paciente ou sua substituição por medidas cautelares diversas.

Indeferida a liminar, manifestou-se o *Parquet* pelo improvimento.

Na origem, o processo n. 0700346-39.2018.8.02.0068 está com audiência definida para 3/6/2020, consoante extraído do *site* do TJAL em 1/4/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de conversão da prisão em flagrante em preventiva foi assim

entabulada (fls. 10/11):

Como sabido, o Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, veio regram os ditames constitucionais previstos no art. 5º, incisos LVII e LXVI, na medida em que disciplina procedimentos, pressupostos e requisitos para a aplicação das medidas cautelares pessoais, aí incluída a prisão preventiva.

Para esta (prisão preventiva), fazem-se necessários: 1) requisitos genéricos da cautelaridade (a saber, necessidade, adequação e impossibilidade de substituição por outra medida cautelar - art. 282 do CPP); 2) pressupostas (*fumus conissi delicti*, consubstanciado pela prova da materialidade do crime e por indícios suficientes de autoria - art. 312 do CPP, e, ainda, pela insuficiência de outra medida cautelar diversa da prisão - art. 286, § 6º do CPP); 3) requisitos fáticos (*periculum libertatis*, configurados pela garantia da ordem pública e da ordem econômica, pela conveniência da instrução criminal e pelo resguardo da aplicação da lei penal - art. 312 do CPP); e, por fim, 4) requisitos normativos ou hipóteses de admissibilidade (previstos no art. 313 e art. 282, § 4º, ambos do CPP).

Pois bem. No caso em concreto, a materialidade delitiva e os indícios de autoria do delito, formadores do pressuposto *fumus conissi delicti*, restaram demonstrados através do auto de apresentação e apreensão de fl. 08, bem como dos depoimentos do condutor dos autuados em flagrante, das testemunhas, da vítima, perante a Autoridade Policial.

Lado outro, no que pertine ao pressuposto do *periculum libertatis*, vê-se sua sedimentação no requisito da necessidade de se garantir a ordem pública, pois a conduta dos autuados foi repugnante ao seio social, haja vista a forma audaciosa com que agiram, o que demonstra a periculosidade dos indivíduos pelo *modus operandi* desenvolvido.

O *periculum libertatis* pode ser visualizado, ainda, na necessidade de se assegurar uma eventual e futura aplicação da lei penal, na medida em que não consta dos autos nenhuma prova do local onde os acusados residem e se eles possuem ou não empregos lícitos e fixos.

Presentes, outrossim, os requisitos gerais de cautelaridade, pois a segregação provisória que ora se decreta visa, como mencionado, assegurar a aplicação da lei penal e evitar a prática criminosa (art. 282, I, CPP), ao tempo em que também é adequada (art. 282, II, CPP), pois leva em conta, principalmente, as condições pessoais dos acusados (tratam-se, pois, de reiteradores no cometimento de delitos, além de não constar nos autos comprovantes de residência e emprego).

Destaca-se, desta feita, a impossibilidade de substituição da prisão pelas demais medidas cautelares, por dois motivos, a saber: 1) porque ao magistrado não é permitido fazê-lo, de ofício, quando ainda em curso a investigação criminal (conforme inteligência do art. 282, § 2º do CPP); 2) porque as medidas cautelares, ao menos por ora, mostram-se totalmente inábeis, inaptas e insuficientes no caso em concreto.

A medida restritiva de liberdade, portanto, é legítima, pois aflora dos fatos concretos, aptos a demonstrar o *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, exigindo a segregação dos flagranteados, antes mesmo da decisão do mérito, para assegurar a aplicação da lei penal e por necessidade de se garantir a

ordem pública.

Por todo o exposto, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de CID ALAN DOS SANTOS FRANÇA E DAVID DA SILVA BARBOSA, servindo esta decisão como MANDADO DE PRISÃO.

Ao analisar pedido de revogação da preventiva, o magistrado singular ponderou que (fl. 19):

Acrescento, ainda que, ao realizar consulta no sistema de automação judiciária, o referido flagrantado (David da Silva Barbosa), já fora condenado por tentativa de roubo qualificado em concurso de agentes, nos termos do art. 157, §2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II e art. 29, todos do Código Penal, conforme os autos sob o nº 0700873-28.2017.8.02.0067 e, ainda se encontra sendo investigado em outros procedimentos que tramitam na Comarca de Maceió/AL, a saber: processos nºs 0705222-44.2018.8.02.0001 (receptação), 0709434-11.2018.8.02.0001 (tentativa de furto) e 0709223-09.2017.8.02.0001 (receptação).

Como já adiantado em sede liminar, o decreto prisional tem fundamento que considera-se idôneo, evidenciado na vivência delitiva do recorrente, haja vista que *o referido flagrantado (David da Silva Barbosa), já fora condenado por tentativa de roubo qualificado em concurso de agentes, nos termos do art. 157, §2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II e art. 29, todos do Código Penal, conforme os autos sob o nº 0700873-28.2017.8.02.0067 e, ainda se encontra sendo investigado em outros procedimentos que tramitam na Comarca de Maceió/AL, a saber: processos nºs 0705222-44.2018.8.02.0001 (receptação), 0709434-11.2018.8.02.0001 (tentativa de furto) e 0709223-09.2017.8.02.0001 (receptação).*

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

A propósito, consigno que é firme nesta Corte o entendimento de que *Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68550/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe*

Superior Tribunal de Justiça

31/3/2016). (HC 480.381/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019).

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator